

“A RUA É UM ATRATIVO” - DISCURSO DA ELITE BRASILEIRA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS**“THE STREET IS AN ATTRACTION” – THE BRAZILIAN ELITE’S DISCOURSE ON PUBLIC POLICY****«LA CALLE ES UN ATRACTIVO» - DISCURSO DE LA ÉLITE BRASILEÑA SOBRE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

10.56238/revgeov16n5-055

Maria Goretti Nagime Barros Costa

Doutora em Sociologia Política

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1211747418854924>**RESUMO**

O artigo analisa o discurso da elite brasileira sobre a pobreza e a população em situação de rua tomando como objeto empírico a entrevista concedida pela então primeira-dama do Estado de São Paulo, Bia Doria, em julho de 2020, em que afirma que permanecer morando nas ruas é uma escolha individual. A partir de uma abordagem teórico-analítica fundamentada na sociologia política e na literatura sobre políticas públicas, pobreza e desigualdade social, o estudo contrapõe tal discurso a evidências empíricas e a interpretações consolidadas das ciências sociais, econômicas e biomédicas. Mobilizam-se contribuições de autores como Lindblom, Reis, Schwartzman, Abramovay e Katz, bem como dados do Censo da População em Situação de Rua de São Paulo (2019) e informações epidemiológicas sobre morbidades associadas à desnutrição e à vulnerabilidade social. Os resultados evidenciam que a narrativa analisada reproduz uma visão malthusiana da pobreza, desconsiderando seus determinantes estruturais, as desigualdades socioeconômicas e as violações de direitos vivenciadas pela população de rua. Argumenta-se que tal discurso contribui para o esvaziamento da percepção de responsabilidade coletiva e para a legitimação de políticas públicas pouco efetivas ou excluientes. Conclui-se que as elites desempenham papel central na formulação e implementação de políticas sociais e que o negacionismo em relação às evidências científicas compromete a construção de respostas públicas capazes de enfrentar a pobreza, a fome e a insegurança alimentar de forma estrutural.

Palavras-chave: Pobreza. Fome. Insegurança Alimentar. População de Rua.**ABSTRACT**

This article analyzes the discourse of the Brazilian elite on poverty and the homeless population, taking as its empirical object the interview given by the then First Lady of the State of São Paulo, Bia Doria, in July 2020, in which she states that remaining homeless is an individual choice. Using a theoretical-analytical approach grounded in political sociology and literature on public policy, poverty, and social inequality, the study contrasts this discourse with empirical evidence and consolidated interpretations from the social, economic, and biomedical sciences. It draws on contributions from authors such as Lindblom, Reis, Schwartzman, Abramovay, and Katz, as well as data from the São Paulo Homeless Population Census (2019) and epidemiological information on morbidities associated with malnutrition and social vulnerability. The results show that the established narrative reproduces a Malthusian view of poverty, disregarding its



structural determinants, socioeconomic inequalities, and the transparency of rights experienced by the homeless population. It is argued that such discourse contributes to the erosion of the perception of collective responsibility and to the legitimization of ineffective or exclusionary public policies. It is concluded that elites play a central role in the formulation and implementation of social policies and that denial of scientific evidence compromises the construction of public responses capable of addressing poverty, hunger, and food insecurity in a structural way.

Keywords: Poverty. Hunger. Food Insecurity. Homelessness.

RESUMEN

El artículo analiza el discurso de la élite brasileña sobre la pobreza y la población en situación de calle tomando como objeto empírico la entrevista concedida por la entonces primera dama del estado de São Paulo, Bia Doria, en julio de 2020, en la que afirma que permanecer viviendo en la calle es una elección individual. A partir de un enfoque teórico-analítico basado en la sociología política y la literatura sobre políticas públicas, pobreza y desigualdad social, el estudio contrapone dicho discurso a las evidencias empíricas y a las interpretaciones consolidadas de las ciencias sociales, económicas y biomédicas. Se movilizan contribuciones de autores como Lindblom, Reis, Schwartzman, Abramovay y Katz, así como datos del Censo de la Población en Situación de Calle de São Paulo (2019) e información epidemiológica sobre morbilidades asociadas a la desnutrición y la vulnerabilidad social. Los resultados evidencian que la narrativa analizada reproduce una visión malthusiana de la pobreza, sin tener en cuenta sus determinantes estructurales, las desigualdades socioeconómicas y las violaciones de derechos que sufre la población en situación de calle. Se argumenta que dicho discurso contribuye al vaciamiento de la percepción de responsabilidad colectiva y a la legitimación de políticas públicas poco efectivas o excluyentes. Se concluye que las élites desempeñan un papel central en la formulación y aplicación de políticas sociales y que el negacionismo respecto a las pruebas científicas compromete la elaboración de respuestas públicas capaces de hacer frente a la pobreza, el hambre y la inseguridad alimentaria de manera estructural.

Palabras clave: Pobreza. Hambre. Inseguridad Alimentaria. Población sin Hogar.



1 INTRODUÇÃO

A socialite paulista Val Marchiori, apresentadora do programa televisivo “Mulheres Ricas”, visitou o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, para uma entrevista à então primeira-dama, Bia Dória. O vídeo da entrevista foi postado na rede social Instagram em 2 de julho de 2020, na conta da socialite entrevistadora. Na entrevista, ambas disseram não ser correto ajudar moradores de rua com comida ou roupas e que morar na rua é algo atrativo, as pessoas em situação de rua estão ali porque gostam.

Bia Dória: - As pessoas que estão na rua. Não é correto você chegar lá na rua e dar marmita, e dar... porque a pessoa tem que se conscientizar que ela tem que sair da rua.

Val Marchiori: - É.

Bia Dória: Porque a rua hoje é... é um... é um atrativo. A pessoa gosta de ficar na rua.

Val Marchiori: Você estava me explicando, eu fiquei passada. Porque eles não querem sair da rua porque no abrigo eles tem horário pra entrar... eles tem responsabilidades... limpeza! E eles não querem, né?

Bia Dória: Não querem! A pessoa quer... ela quer receber. Ela quer comida. Ela quer roupa. Ela quer uma ajuda... e não quer ter responsabilidade.

Bia Dória é esposa do então governador de São Paulo e foi nomeada presidente do Fundo Social de São Paulo. Este artigo busca trazer informações para contrapor a entrevista de Bia Doria, que é uma referência do discurso da elite brasileira.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste sentido, Lindblom (1991) faz uma abordagem da ciência política que busca se distanciar do método formal-institucionalista, substituindo-o por uma abordagem empírica, e com o objetivo de generalizar as hipóteses explicativas que podem surgir da análise da tomada de decisão e da materialização da política. Sua análise enfoca a política como ação. O que estão fazendo os poderes públicos? Por que eles estão fazendo isso? Quais são as consequências de suas ações?

Para entender a formulação de políticas públicas, como as políticas são feitas, deve-se entender as características dos participantes, em quais fases e quais funções eles desempenham, de que autoridade ou outro poder eles desfrutam e como eles se relacionam e controlam uns aos outros. Poderes e recursos são distribuídos desigualmente e os processos de decisão são antes o resultado de múltiplas interações nas quais muitos atores participam simultaneamente (LINDBLOM, 1991).

Qual a melhor forma de entender a complexidade do processo de formulação de políticas públicas? Um método popular nos últimos anos é separar o desenvolvimento de políticas públicas em suas diferentes fases, e, a seguir, analisar cada uma delas. A primeira das etapas é a formulação da agenda. Como os problemas aparecem e são incluídos na agenda de decisões do governo sobre as políticas públicas? Quando muda o perfil do representante eleito, podem ser alteradas as políticas



públicas? Quais são as questões envolvidas se um representante das elites for o responsável pela agenda de formulação de políticas públicas?

Segundo SCHWARTZMAN, os fatores que influenciam no estabelecimento de uma agenda de políticas públicas são:

“as emergências de curto prazo, que precisam ser enfrentadas com realismo; as preferências e prioridades dos partidos, movimentos sociais e instituições com poder e capacidade de influência no governo e na opinião pública; e a realidade econômica e social, com suas limitações e condicionantes, que não podem ser ignorados impunemente” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 182).

O discurso das elites brasileiras é no sentido de compreender a importância, por exemplo, de prover saúde e educação para o trabalhador, e inclusive reconhecem que isso poderia beneficiar também empresários e consumidores. Mas as elites não reconhecem diretamente a pertinência de cooperar nessas tarefas.

“Essas elites não parecem reconhecer a interdependência existente entre elas próprias e os setores pobres da população, nem tampouco parecem absolutamente convencidas da necessidade de coletivização das soluções sociais. Quando atribuem ao poder público a responsabilidade de solucionar problemas, fazem-no, com frequência, como uma maneira de se eximirem de obrigações sociais. Por outra parte, quando chamam a si a tarefa de buscar soluções, essas são pensadas quase sempre como soluções individuais, excludentes. Assim, por exemplo, na questão da segurança: o recurso ao policiamento privado é uma clara indicação nesse sentido.” (REIS, 2000, p.151).

Ao contrário do que sugere a fala da primeira-dama, para as ciências sociais as causas da pobreza não são individuais, mas estruturais, e envolvem a exploração da mão-de-obra pelo capital, o poder das elites nesta exploração e a alienação das pessoas, criada e instrumentalizada pelo próprio sistema de exploração (SCHWARTZMAN, 2004).

Destoante dos estudos de ciências sociais, o discurso da primeira-dama é semelhante a visão malthusianista, uma corrente de pensamento da época de Thomas Malthus, na Inglaterra: a de que talvez a maior parte dos problemas da pobreza seja culpa dos próprios pobres, que seriam “preguiçosos”, não teriam determinação e força de vontade para trabalharem: “*A melhor solução seria educá-los, para que aprendessem a se comportar; ou então deixá-los à própria sorte, para que a natureza se encarregasse de restabelecer o equilíbrio natural das coisas*” (SCHWARTZMAN, 2004, p.14).

Outra classificação, mencionada por Katz, era a estabelecida pelos autores americanos e ingleses da época, era entre “poverty” e “pauperism”, o que poderia ser traduzido como “pobreza” e “mendicância”. A “pobreza” seria a involuntária, referente aos órfãos, doentes e viúvas, e a “mendicância” seria a relacionada a um tipo de pobreza voluntária, de pessoas que não queriam trabalhar, ligada a uma deformação de caráter, e, por isso, indigna de apoio ou ajuda (KATZ, 1990).



ABRAMOVAY menciona que esse tipo de ideia difundida nos países subdesenvolvidos encara a fome como um problema individual, e não social. Como se o problema da fome fosse o de gestão individual de recursos, como se houvesse um “pobre bem alimentado”, previdente e econômico - a “formiga” -, e um pobre mal alimentado, irresponsável e gastador - a “cigarra”. *“Solução: mudar o espírito de “cigarra” do pobre, transformá-lo em pobre “formiga”, sem, no entanto, tocar na sua pobreza. Em outras palavras, segundo esta concepção, de nada adianta aumentar a renda dos pobres, já que eles gastariam no botequim e não no armazém.”* (ABRAMOVAY, 2017, p.25).

3 METODOLOGIA

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa de natureza analítico-interpretativa fundamentada na sociologia política e na análise do discurso. O objeto empírico central consiste no pronunciamento público da então primeira-dama do estado de São Paulo, Bia Doria, veiculado em entrevista publicada na rede social Instagram em julho de 2020, no qual são expressas interpretações sobre a população em situação de rua e sobre as políticas públicas a ela destinadas. Este material é tratado como manifestação exemplar do discurso das elites brasileiras acerca da pobreza e desigualdade social.

A análise do discurso é conduzida à luz de referenciais teóricos consolidados no campo das políticas públicas e dos estudos sobre pobreza, desigualdade e responsabilidade social, mobilizando contribuições de autores como Lindblom (1991), Reis (2000), Schwartzman (2004), Abramovay (2017) e Katz (1990). Essas contribuições permitem situar o discurso analisado no interior de correntes de pensamento que enfatizam determinantes estruturais da pobreza em contraponto a perspectivas moralizantes e individualizantes associadas a concepções malthusianas e à distinção entre pobreza “merecedora” e “não merecedora” de proteção social.

Complementarmente, são utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais e estudos empíricos, com destaque para o Censo da População em Situação de Rua do Município de São Paulo (2019), bem como informações epidemiológicas e sanitárias relativas às condições de saúde dessa população, incluindo dados do Boletim Epidemiológico de Tuberculose (2021) e registros do programa federal Consultório na Rua. Esses dados são empregados de forma contextual e ilustrativa, com o objetivo de confrontar empiricamente o discurso analisado, evidenciando o descompasso entre a narrativa da escolha individual e as condições estruturais de vulnerabilidade socioeconômica, racial e sanitária.

A metodologia aqui utilizada envolve, portanto, uma abordagem empírica e teórica de forma a analisar a visão predominante da elite sobre a população de rua, contrastante com evidências sociais e científicas que apontam para causas estruturais da pobreza. A estratégia metodológica articula análise discursiva, revisão bibliográfica crítica e interpretação de dados secundários, permitindo examinar



tanto os conteúdos simbólicos do discurso das elites quanto suas implicações para a formulação e a legitimação de políticas públicas. Essa combinação metodológica possibilita evidenciar como determinadas representações sociais da pobreza operam na produção de sentidos, na naturalização das desigualdades e na fragilização da responsabilidade coletiva no enfrentamento da fome, da insegurança alimentar e da população em situação de rua.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo informações do Censo da População em situação de rua 2019, 75,7% da população de rua de São Paulo já trabalhou com registro em carteira de trabalho, e hoje trabalham em condição de precariedade que não os permitem sair das ruas. A população de rua havia aumentado 50% nos 3 anos anteriores. 18,9% percebiam menos de R\$119,00 reais por mês, 9,7% percebiam entre R\$120,00 e R\$ 239,00 reais e 15% não possuía renda. No momento da coleta dos dados, 69,3% da população de rua de São Paulo era negra.

O discurso da então primeira-dama está longe de reconhecer os motivos que levam a existir a população de rua, como as desigualdades socioeconômicas. Não menciona a denúncia histórica sobre as violações de direitos que ocorrem dentro de muitos Centros de Acolhimento de População de Rua, não apenas sobre restrição de autonomia. Bia Doria alega que há uma repetição da negativa dos moradores de rua em aderir a estes centros, o que, caso fundamentado, indicaria notadamente essas violações de direitos - o que seu discurso sequer cogita ou dá importância. Se estar morando nas ruas é uma opção, como ela sugere, e se, diante desta possível escolha, tantos preferem permanecer nas ruas a serem institucionalizados, este deve ser tratado como um problema social, uma disfuncionalidade: os albergues não estariam funcionando como verdadeiros “centros de acolhida”.

Seu discurso nega estudos das ciências sociais e econômicas que procuram responder por que a população de rua existe. Nega também estudos das ciências biomédicas, que analisam as consequências da exposição, vulnerabilidade e subalimentação sobre o organismo humano.

Através da alimentação, o organismo humano absorve substâncias para o seu perfeito funcionamento. Quando substâncias vitais estão ausentes ou em pouca quantidade na alimentação, acontecerão lesões orgânicas e o organismo estará muito mais propenso a desenvolver ou ser contaminado com doenças. A fome ataca através de doenças, como bem explica ABRAMOVAY em “*O que é Fome*”:

“Ligo para o cartório de um bairro pobre de São Paulo e pergunto: “O senhor tem aí o registro de causas das mortes de crianças até 5 anos? O funcionário estranha minha questão e retruca: “Tenho sim, mas para que o senhor quer isso? “ Sem mais explicações, lanço-lhe à queima roupa: “Tem alguém aí que morreu de fome?” “De fome? Ah, isso não tem, não senhor. Aqui tem sarampo, pneumonia, desidratação, mas fome não.” Conclusão: pelo registro de óbitos, não se morre de fome no Brasil. E, pensando bem, num certo sentido, o registro tem razão: na maior parte das vezes, não é um jejum total e absoluto que provoca a morte. Se a fome mata,



é porque mata, é porque ela enfraquece o indivíduo, abrindo as portas para doenças que, num organismo saudável, seriam banais, mas que para o faminto costumam ser fatais. O que o funcionário do cartório talvez não soubesse é que sarampo, pneumonia, desidratação e outras doenças infecciosas são na maior parte das vezes consequência e não causa: consequência de uma alimentação pobre e insuficiente." (ABRAMOVAY, 2017, p. 12)

Morar nas ruas prejudica drasticamente o organismo do indivíduo. Historicamente as doenças infecciosas apresentam maior prevalência em indivíduos com déficits nutricionais, vivendo em condições de pouca higiene pessoal, e, principalmente, em locais onde a proliferação de microrganismos é elevada. Aqueles em situação de rua ficam expostos a condições climáticas desfavoráveis, sem suporte nutricional adequado, facilitando o desenvolvimento de infecções de todo tipo.

Pessoas em situação de rua são mais suscetíveis a desenvolver doenças causadas por germes (infecções mucocutâneas - micoses, erisipela, carbúnculo, abscessos etc), infecções gastrointestinais e doenças respiratórias transmissíveis (incluída a tuberculose), como é demonstrado no levantamento anexo feito pelo programa assistencial “Consultório na Rua” do governo federal brasileiro e adotado em Campos dos Goytacazes, município do estado do Rio de Janeiro. A proposta do projeto é fazer de forma itinerante uma consulta inicial de forma integral e multidisciplinar, e, se necessário, utilizar parcerias com as Unidades Básicas de Saúde e de Pronto Atendimento.

Os números e tipos de doenças encontradas deixam nítida a situação de vulnerabilidade dos atendidos. No quadro anexo, sobre os atendimentos realizados entre os meses de março e maio de 2021, dos 145 pacientes avaliados, 25 (ou 17%) apresentavam doenças infecciosas em atividade relacionadas a deficiência nutricional e/ou ausência de higiene básica.

Entre as doenças infecciosas foram encontradas: micoses muco-cutâneas, tuberculose, HIV-AIDS, pneumonia, miíase, etc. Entre os moradores de rua com moléstias infecciosas destacam-se 01 com tuberculose ativa e três com quadro suspeito. O coeficiente de incidência de tuberculose na população brasileira em 2020, segundo o Boletim Epidemiológico Tuberculose 2021 (disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/24/boletim-tuberculose-2021_24.03) é de 31,6 casos por 100 mil habitantes. Estudo de 2019 publicado no periódico “*Epidemiologia e Serviços de Saúde*” aponta incidência de tuberculose de 10 a 85 vezes maior naqueles em situação de rua. Este dado foi corroborado pelo levantamento deste programa em Campos, porque foi encontrado um coeficiente de incidência de 689,6 casos por 100 mil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que o discurso proferido pela então primeira-dama do Estado de São Paulo acerca da população em situação de rua expressa uma concepção individualizante da pobreza amplamente destoante dos achados consolidados das ciências



sociais, econômicas e da saúde coletiva. Ao atribuir a permanência nas ruas a uma suposta escolha pessoal ou à recusa em assumir responsabilidades, tal narrativa reproduz matrizes interpretativas de caráter malthusiano, que historicamente culpabilizam os pobres por sua própria condição e legitimam a diminuição da responsabilidade coletiva no enfrentamento das desigualdades sociais.

Os dados empíricos mobilizados, especialmente aqueles provenientes do Censo da População em Situação de Rua de São Paulo (2019) e de levantamentos epidemiológicos, demonstram que a experiência da rua está profundamente vinculada a processos estruturais, como a precarização do trabalho, a insuficiência de renda, o racismo estrutural e a ausência de políticas públicas capazes de assegurar condições mínimas de reprodução social. Ademais, as evidências relativas à elevada incidência de doenças infecciosas e agravos associados à desnutrição e à exposição reforçam que a situação de rua não pode ser compreendida como uma opção voluntária, mas como expressão extrema de vulnerabilidade social e de violações de direitos.

Quando falamos de “Políticas Públicas”, estamos nos referindo a “processos”, “decisões”, “resultados”, mas sem que isso exclua os conflitos de interesses sempre presentes, e entre diferentes escalas e perspectivas avaliativas. Estamos, assim, diante de um panorama repleto de “poderes” em conflito. Lindblom propõe algumas questões sobre a eficácia na solução de problemas. Uma delas é: Como seus principais problemas são explicados? Propõe, ainda, algumas questões relacionadas ao controle popular: *“Quem realmente formula políticas públicas? Elas são formuladas pelas elites? Os cidadãos comuns têm alguma influência? Eles poderiam ter influência se tentassem? As eleições importam? Faz diferença se um ou outro ganha? É desejável uma maior participação popular no governo?”* (LINDBLOM, p. 10).

No Brasil existe um aparente paradoxo. O discurso das elites é no sentido de considerar relevantes os problemas sociais, que solucioná-los é papel do Estado, que é necessária vontade política, que é possível mudar a realidade através da ação. Isso levaria a crer que possuem alto grau de consciência social. No entanto, falta a consciência de responsabilidade social. Não percebem que a falta de vontade política pode ser atribuída a elas próprias. Não possuem consciência da interdependência entre os diferentes setores sociais para a resolução de questões coletivas. Não se sentem responsáveis pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre eles ao Estado. *“É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações. Mesmo a elite política — no caso, os parlamentares no Congresso — e a elite burocrática — aquela que ocupa as posições superiores da burocracia pública — não se veem como Estado.”* (REIS, 2000, p.148-149). Ou seja, eximem-se da responsabilidade coletiva e não se comprometem na resolução de questões coletivas.

Essa vontade “faltante”, essa “omissão” política, é algo que deve ser atribuído a elas próprias. Não percebem o Estado como parte da sociedade. Quando o responsabilizam pela persistência da



pobreza, elas se desobrigam da responsabilidade coletiva. não parecem elas próprias comprometidas em contribuir para soluções coletivas (REIS, 2000). Falta uma noção de responsabilidade social entre as elites. Na verdade, incomodam-se com a desigualdade quando se torna uma ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal.

As elites brasileiras não incluem a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades entre os seus interesses de fato, diferentemente das elites europeias estudadas por De Swaan. Foi exatamente a consciência social a responsável pela consolidação do *Welfare State* na Europa. Lá a coletivização de soluções não aconteceu enquanto os membros das elites acreditavam que podiam se proteger individualmente das calamidades e incertezas. Apenas no momento em que as elites passaram a ver vantagens na coletivização de soluções a problemas sociais, o poder público tornou-se o agente natural na provisão dos “bens de cidadania” (REIS, 2000).

Existe por parte das elites brasileiras uma forte resistência a medidas distributivistas diretas e um discurso no sentido de uma aposta na educação como um recurso a ser explorado pelo poder público como oportunidade suficiente de mobilidade social. Esta seria uma forma de dotar os setores mais pobres da população de plenos meios de competir na estrutura social e, ao mesmo tempo, não envolver redistribuição de renda e riqueza:

No caso brasileiro ela parece também refletir o otimismo da era desenvolvimentista, quando se apostava na criação de novas posições estruturais, novas ocupações sociais que viriam a ser preenchidas pelas novas gerações. Estas poderiam, assim, ascender socialmente sem, contudo, provocar a mobilidade descendente de outros setores. (REIS, p. 147)

O discurso de que o acesso a educação basta para a ascensão social, o “só é pobre quem quer”, “não quis estudar”, “se quisesse estudar, conseguiria ser rico como eu”, “é pobre porque é preguiçoso” indica a falta de reconhecimento de uma interdependência social. Não veem a pobreza e as desigualdades como um problema ou como algo que afete a sociedade como um todo.

É necessário também refletir sobre as consequências orgânicas da desnutrição e a sua influência sobre o desenvolvimento mental do indivíduo. Uma criança desnutrida queixa-se até um certo momento, a partir do qual ela adapta-se a esta situação reduzindo seu ritmo metabólico em uma estratégia de sobrevivência cuja lei básica seria repousar o máximo e cansar-se o mínimo, em uma busca desesperada da autopreservação (ABRAMOVAY, 2017). A desnutrição afeta o crescimento, a intensidade das atividades físicas, o rendimento escolar. Portanto, é um dissenso apostar no discurso de que promover o acesso a educação seria suficiente.

O Fundo Social de São Paulo, que foi fundado em 1968 e naquele momento era presidido por Bia Doria, menciona em seu sítio eletrônico ter como objetivo “*instituir programas sociais destinados a atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente através da oferta de oportunidades educacionais e profissionais para a população; implementação de projetos voltados à*



geração de renda; apoio à entidades de fins não econômicos com vista a suprir suas necessidades, de modo a propiciar a melhoria de atendimento à população".

É necessário reconhecer que as elites têm papel central estratégico na formulação e implementação de políticas sociais. Para uma política social ser implementada, as elites precisam considerá-la necessária ou desejável (REIS, 2000). É necessário, além de questões como examinar quais opções de política pública utilizam melhor os meios disponíveis para trazer o máximo de equidade (ABRAMOVAY, 2017), contar com a vontade política de toda a sociedade, incluindo as elites, e construir a consciência real de que os abismos sociais são prejudiciais como um todo. Todos devem se comprometer com as soluções, não apenas na retórica. As produções e conquistas das ciências sociais, as descobertas através da pesquisa constroem conhecimento, soluções e caminhos corretos para enxergar questões sociais. Reproduzir um discurso que não corresponde a essas conquistas sinaliza a falta de comprometimento com as resoluções dos problemas relacionados a desigualdade. O negacionismo é prejudicial em todos os setores, e também nas aplicações das ciências sociais nas políticas públicas.

O distanciamento entre o conhecimento produzido pelas ciências sociais e sua incorporação nas práticas e discursos públicos constitui um obstáculo central à construção de políticas mais equitativas e democráticas. Superar esse hiato implica reconhecer a centralidade da evidência empírica e da responsabilidade coletiva como fundamentos indispensáveis para a redução das desigualdades sociais no Brasil.



REFERÊNCIAS

- REIS, Elisa P. (2000), Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. São Paulo, ANPOCS.
- SOARES, Serguei; SÁTYRO, Natália. (2009), O Programa Bolsa Família: Desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília, IPEA.
- SILVA, Tarcisio Oliveira; VIANNA, Paulo Jorge de Souza et al. (2019), População em situação de rua no Brasil: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e da morbidade por tuberculose, 2014-2019. Brasília, CENEPI.
- MARTINS, Barbara Amaral; RUCKERT, Fabiano Quadros. (2019), O Programa Bolsa Família e a educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003-2018). Brasília, ANPEd.
- ABRAMOVAY, Ricardo. (2017), O que é fome. Brasília, Editora brasiliense.
- SCHWARTZMAN, Simon. (2004), As causas da pobreza. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- KATZ, Michael B. (1990), The undeserving poor; from the war on poverty to the war on welfare. Nova Iorque, Pantheon.
- LINDBLOM, Charles E. El proceso de elaboración de Políticas Públicas. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.
- Censo da População de Rua de São Paulo 2019 disponível
em:https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf)
- Portaria nº 122 de 25 de Janeiro de 2011 do Ministério da Saúde.
- Boletim EpidemiológicoTuberculose 2021 disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/24/boletim-tuberculose-2021_24.03)

